



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005510-52.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **PATRICIA JAQUELINE SMARGIASSE DE ARAUJO - MEI**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Dispensado o relatório. Decido.

Instadas a especificarem provas, nenhuma das partes o fez, razão pela qual impõe-se o julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do CPC, sem que se cogite de cerceamento de defesa.

Trouxe a autora prova suficiente de que, com o furto do aparelho em que estava instalado o chip linha 3032-3606, solicitou outro chip e este não foi entregue, ao contrário do que foi feito em outra ocasião semelhante. Confirmam-se fls. 4 e 9.

A ré, por sua vez, apresentou uma contestação 'padrão', dissociada dos fatos concretamente discutidos, como se vê às fls. 15/23, onde ela controverte sobre questões como 'cancelamento da linha' ou 'ausência de cobrança indevida'.

A ré não comprovou que entregou à autora outro chip, como era de rigor, a fim de que esta pudesse continuar utilizando a linha do contrato.

Note-se que às fls. 76 houve inversão do ônus da prova em favor da autora, salvo no que toca aos danos.

Há elementos suficientes, pois, para que a ré seja condenada na obrigação de fazer postulada na inicial, inclusive com tutela de urgência ante a necessidade imediata de regularização.

No que toca ao dano moral, a autora comprovou, às fls. 67/70, que o número da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

linha ora em discussão constava em seu cardápio como contato para os pedidos *delivery* de pizza. Ademais, não há nenhuma dúvida de que o desrespeito da ré em relação à autora, no presente caso, é singular, porquanto a providência de entregar um outro chip para nele ativar a linha é absolutamente singela, não havendo explicação plausível para que a solução somente venha judicialmente. E isso depois de a autora ter provocado o Procon, veja-se fls. 9. Não há dúvida que o tortuoso caminho a que a ré expôs a autora para a solução de algo tão simples traz dor de cabeça, transtorno e revolta. Há base para a indenização por danos morais, limitada ao pedido feito na inicial (R\$ 937,00), por força do princípio da adstrição do julgamento ao pedido.

Julgo procedente a ação e condeno a ré Claro S/A na obrigação de (a) entregar à autora Patrícia Jaqueline Smargiasse de Araujo – MEI o chip em condições de colocar em funcionamento a linha 16-3032-3606, no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, limitada a R\$ 5.000,00 (b) pagar à autora indenização de R\$ 937,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a presente data, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Com fulcro no art. 300 do CPC, antecipo a tutela, relativamente ao item 'a' acima, em sentença, de modo que eventual recurso não terá efeito suspensivo no ponto, e a obrigação deve ser cumprida no prazo de 15 dias, sob pena de incidência da multa diária. A intimação da ré para o cumprimento, inclusive com a exigibilidade das astreintes, se dá por seus advogados, pois a Súm. 410 do STJ foi revogada pelo art. 513 do CPC.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 04 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**